



JUSTIÇA FEDERAL
Conselho da Justiça Federal

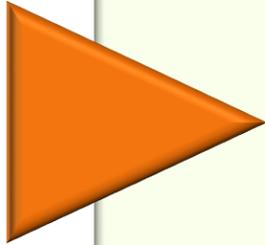
6ª Reunião do COGEST



Brasília, 31 de agosto de 2017



- Resultados do 1º semestre de 2017 e proposta de metas para 2018;
- Status dos projetos estratégicos da Justiça Federal;
- Revisão do Planejamento Estratégico e Oficina de projetos estratégicos;
- Apresentação do SISMAPA;
- Representação da JF no Comitê Gestor Nacional da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário.



Metas
estratégicas
Propostas para
2018



Evolução das Metas

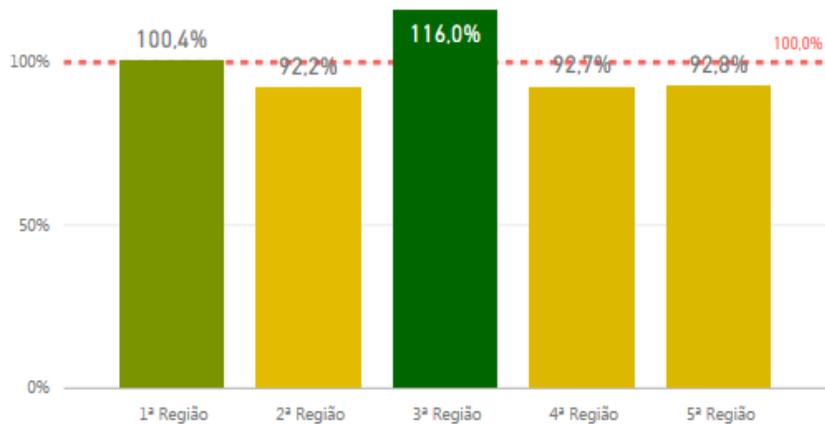
Meta/Ano	2015	2016	2017	Desempenho
Meta 1 - Produtividade	98,2%	96,0%	98,6%	●
Meta 2 - Celeridade	108,5%	111,9%	104,3%	●
Meta 3 – Conciliação (% conciliação/distrib.)	4,2%	4,4%	6,3%	●
Meta 4 - Improbidade	51,7%	47,8%	64,0%	●
Meta 5 - Execução Não-Fiscal	81,5%	88,0%	91,9%	●
Meta 6 - Ações Coletivas	57,9%	63,2%	75,8%	●
Meta 7 - Produtividade em Ações Criminais	114,7%	99,2%	99,0%	●
Meta 8 - Celeridade em Ações Penais	58,5%	61,6%	69,0%	●



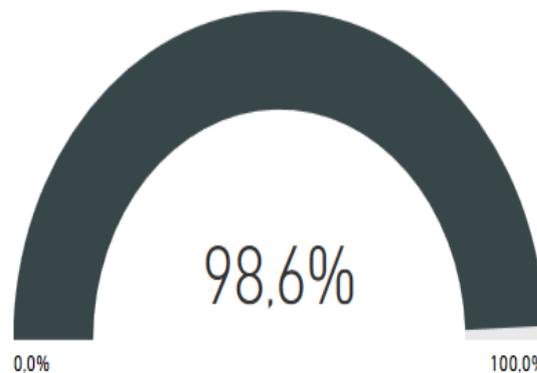
Meta 1 Produtividade

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Cumprimento por região



Cumprimento



Processos Distribuídos

1.510.904

Processos Julgados

1.472.993

Processos Suspensos

17.749

Proposta para 2018: Manter a meta

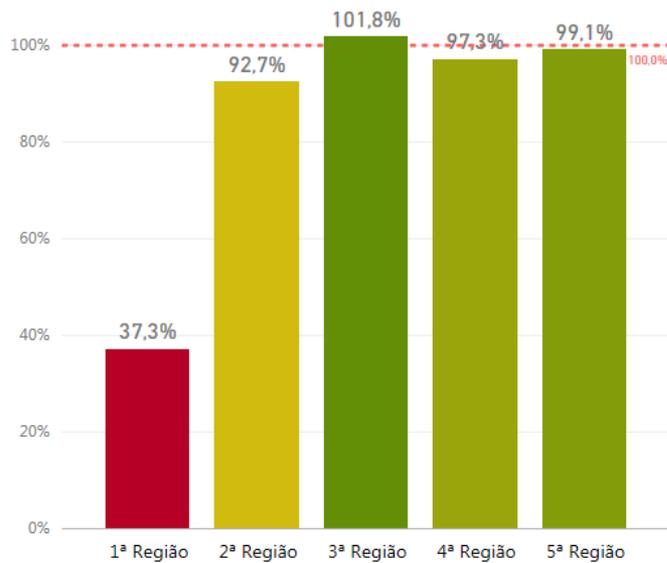


Meta 2 Celeridade

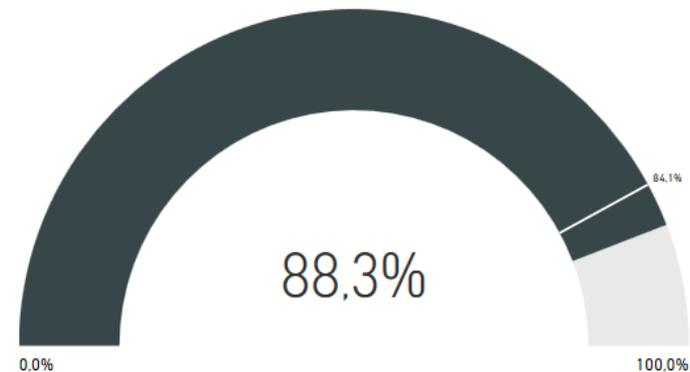
Julgar 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012
nos 1º e 2º Graus – 5 anos

Do passivo total
(114.482 processos)
97% está
na 1ª Região

% Julgamento por região/órgão



Cumprimento (julgar 100% do passivo)

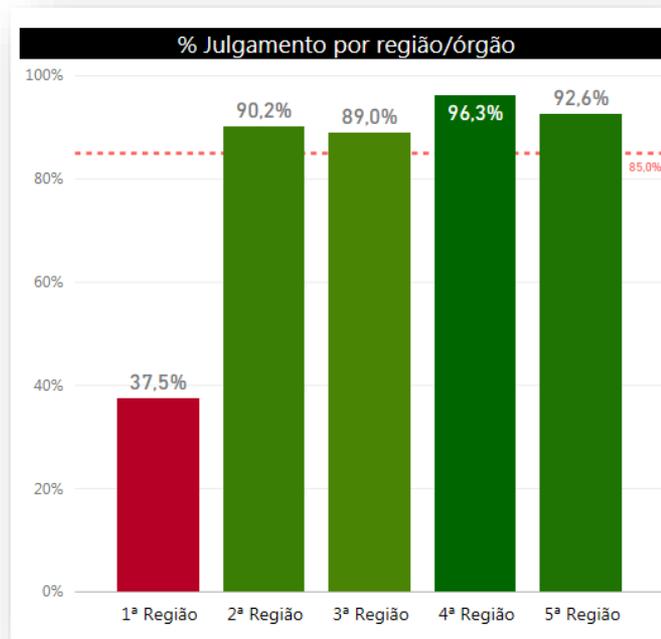


Proposta para 2018: Manter a meta, atualizando o ano.

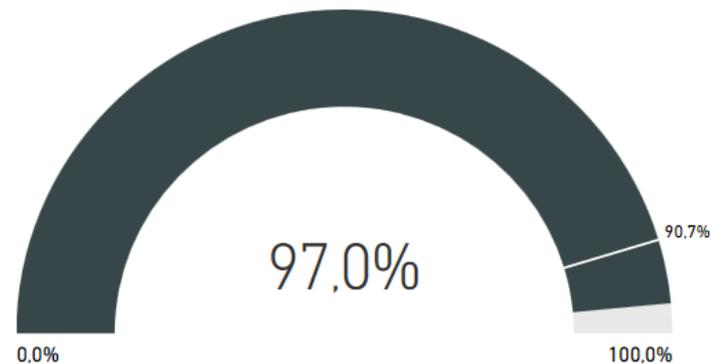


Meta 2 Celeridade

Julgar 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º Graus – 4 anos



Cumprimento (julgar 85% do passivo)



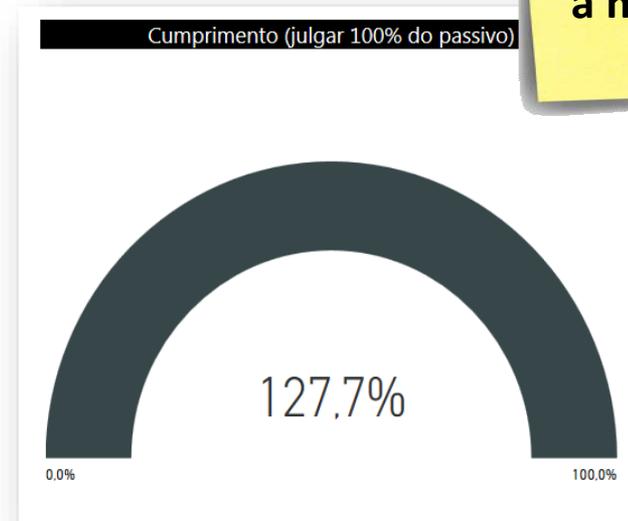
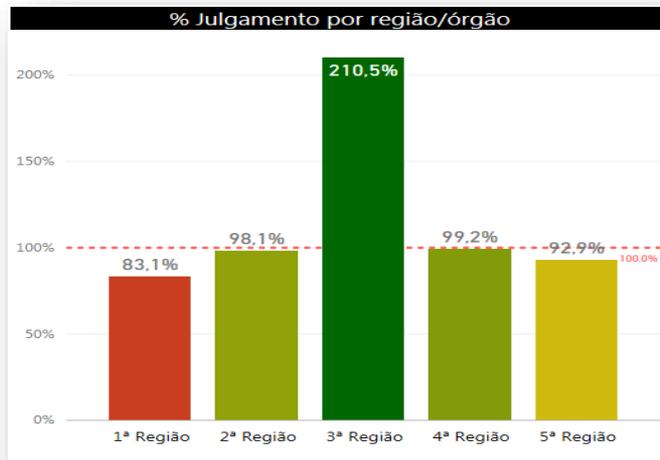
Do passivo total
(71.991 processos),
59% está na
1ª Região

Proposta para 2018: Manter a meta, atualizando o ano.



Meta 2 Celeridade

Julgar 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014
nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais
– 3 anos



**Todas as regiões
devem cumprir
a meta.**

Proposta para 2018: Manter a meta, atualizando o ano.

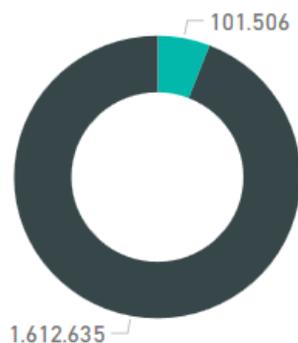


Meta 3 Conciliação

Fomentar o alcance percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos.

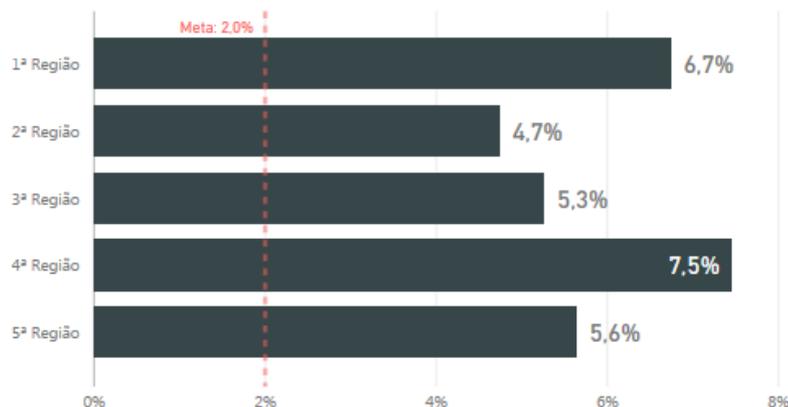


Processos conciliados e distribuídos em 2016



● Total de Conciliações ● Processos distribuídos

Proporção de processos conciliados em 2016 por região e órgã...



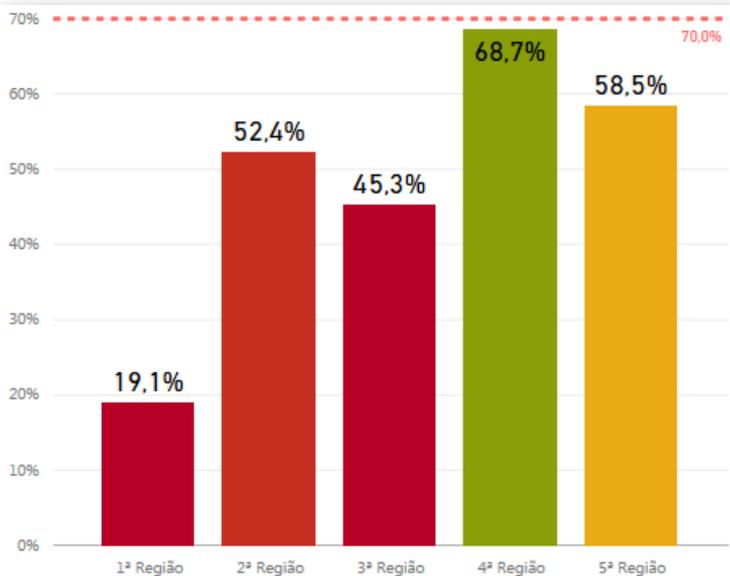
Proposta para 2018: Fomentar o alcance percentual mínimo de 5% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos.



Meta 4

Improbidade Administrativa

Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014 – 3 anos



Média de 32% de condenações na 3ª e na 5ª regiões

Passivo líquido total da JF

Passivo líquido restante

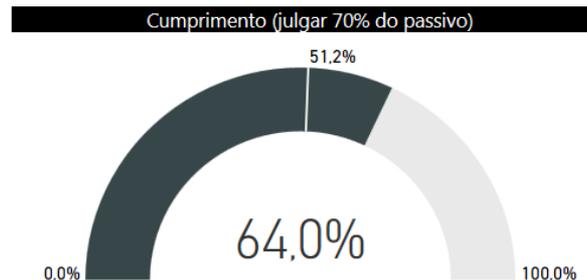
8.484

Passivo líquido da 1ª região

Passivo líquido restante

5.719

67% do passivo Total está na 1ª Região – 5719 processos, dos quais 88% estão no 1º grau



Proposta para 2018: Manter a meta, atualizando o ano.

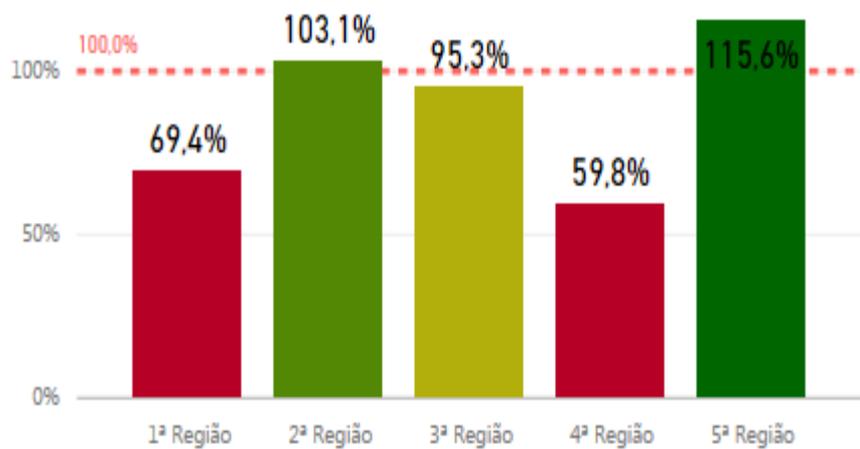


Meta 5

Execuções não-fiscais

Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que a dos casos novos de execução não fiscal no ano corrente.

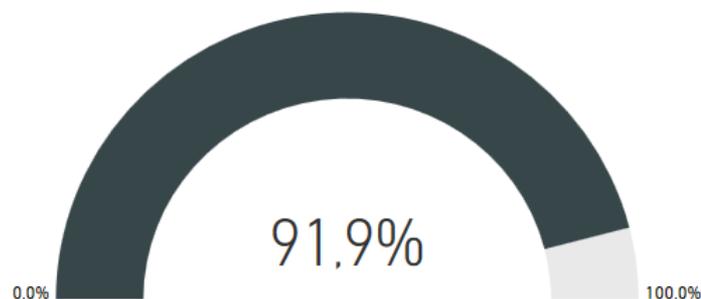
Cumprimento por região



Execuções não-fiscais baixadas
270.614

80% dos baixados na 2ª, 3ª e 5ª
Regiões

Cumprimento



Proposta para 2018: Manter a meta



Meta 6

Ações coletivas

Identificar e julgar até 31/12 do corrente ano:

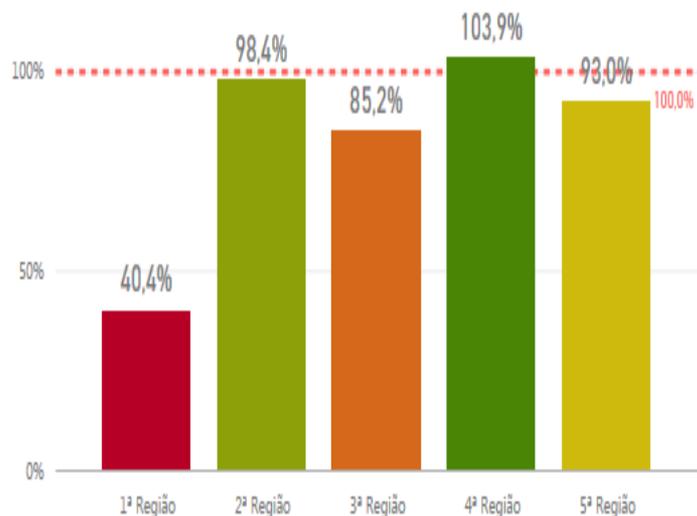
FAIXA 3: 70% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus. (1ª e 3ª regiões)

FAIXA 2: 80% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus. (2ª e 4ª regiões)

FAIXA 1: 85% dos processos de ações coletivas 31/12/2013, no 1º e 2º graus. (5ª região)

60% do passivo total está na 1ª Região (3.603 processos)

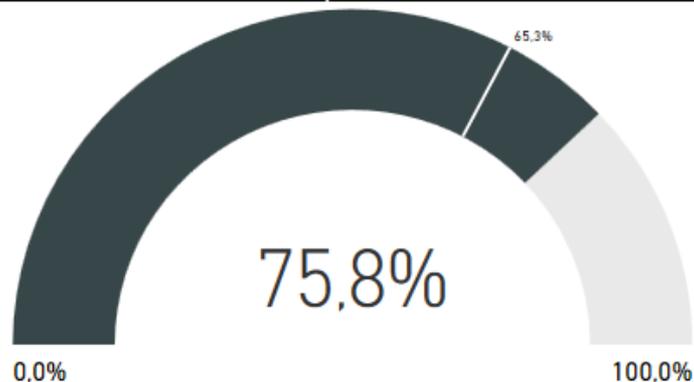
Cumprimento por região



Expectativa de cumprimento

83,3%

Cumprimento



Proposta para 2018: 4ª região passar para a faixa 1 e demais regiões permanecerem na mesma faixa de cumprimento.

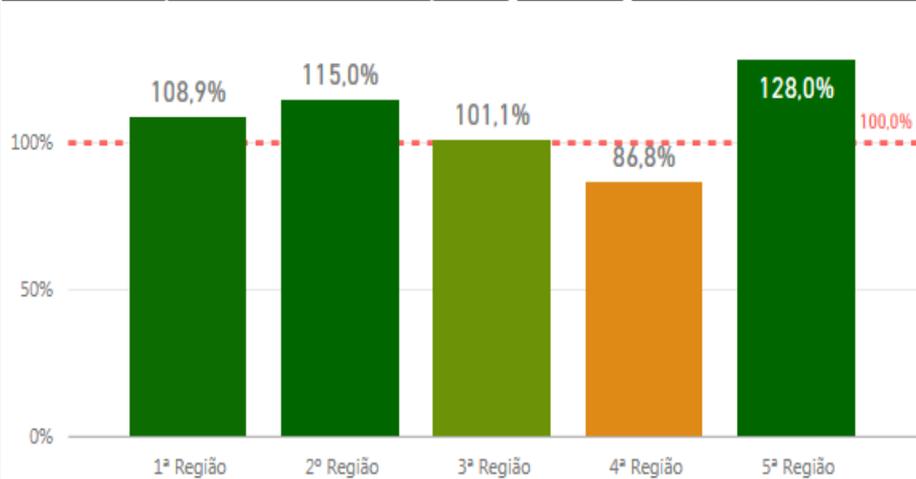


Meta 7

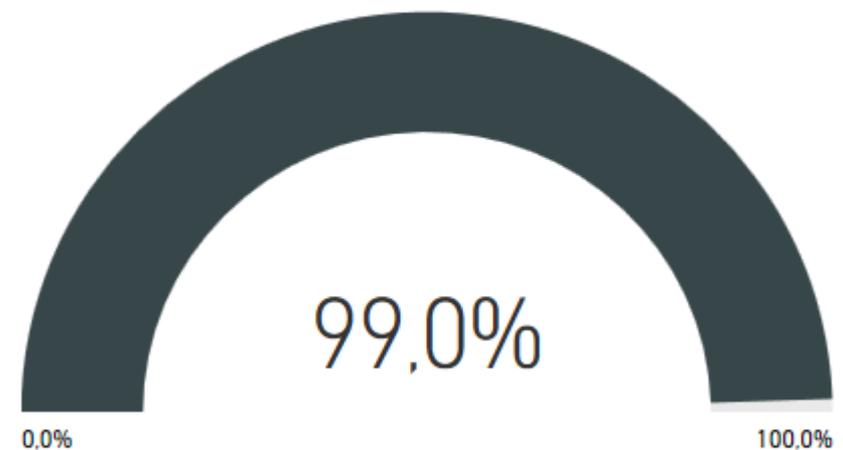
Ações criminais

Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.
Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Cumprimento (baixados) por região e órgão (drill-down)



Cumprimento (Processos baixados)



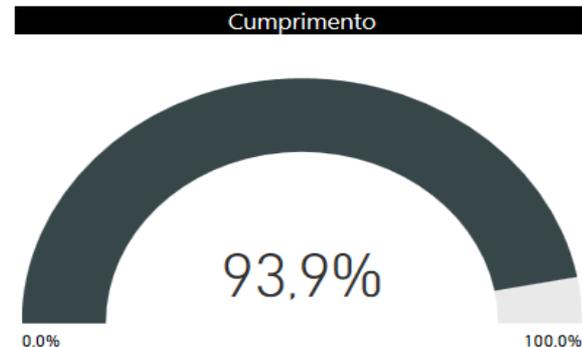
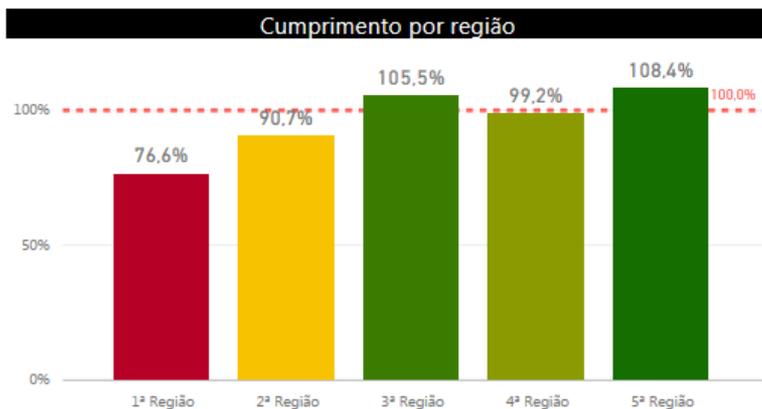


Meta 7

Ações criminais

Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.
Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Meta 1 - criminal



Proposta para 2018

Excluir a meta, deixando a informação dos processos criminais na meta 1 (julgados)

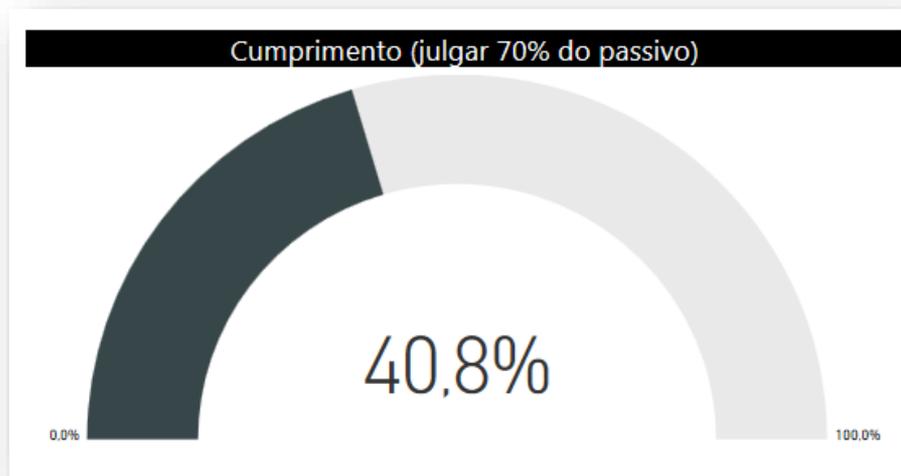
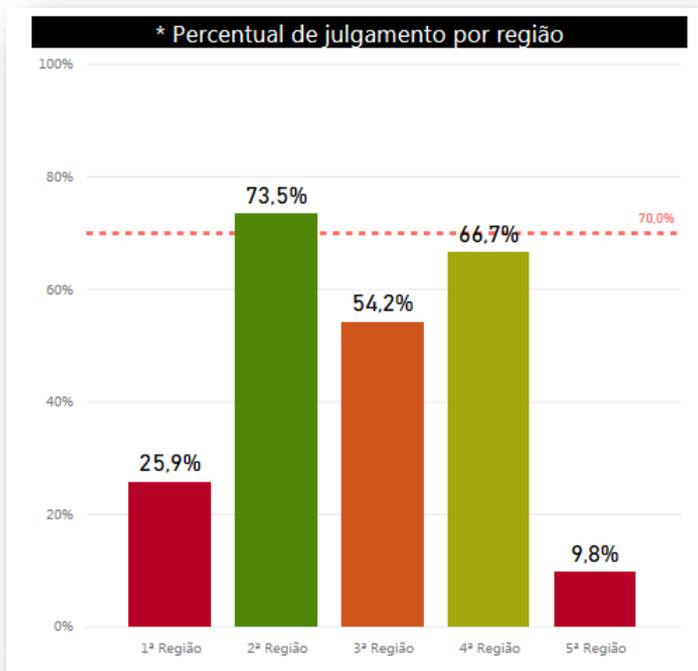


Meta 8

Ações penais

Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.

Crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo



Expectativa de cumprimento

53,7%

Passivo restante

805

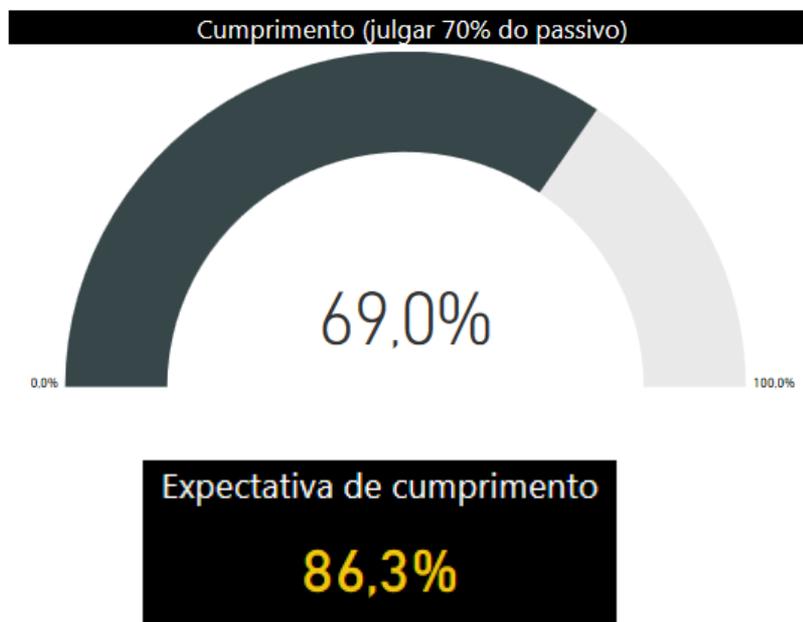
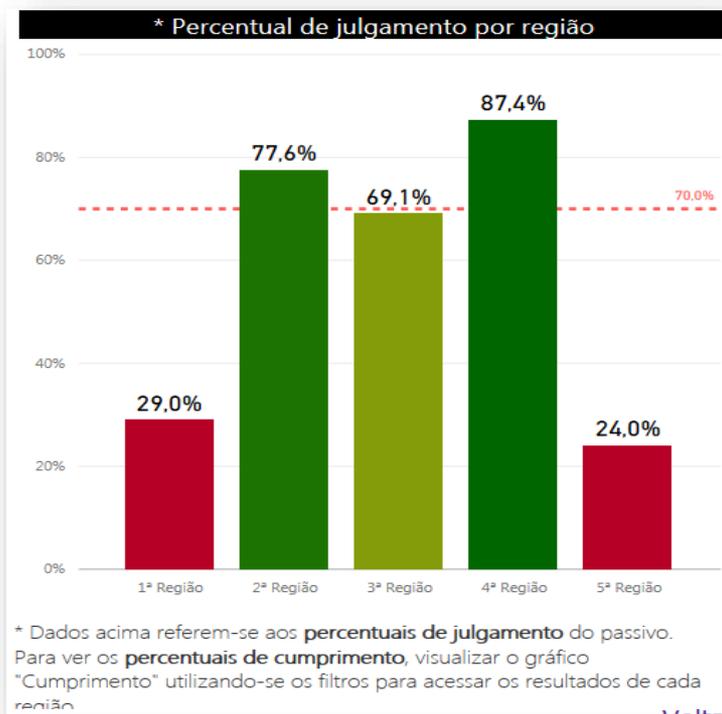
Proposta para 2018: Manter a meta, atualizando o ano.



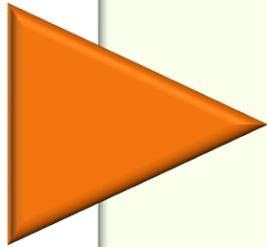
Meta 8

Ações penais

Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.



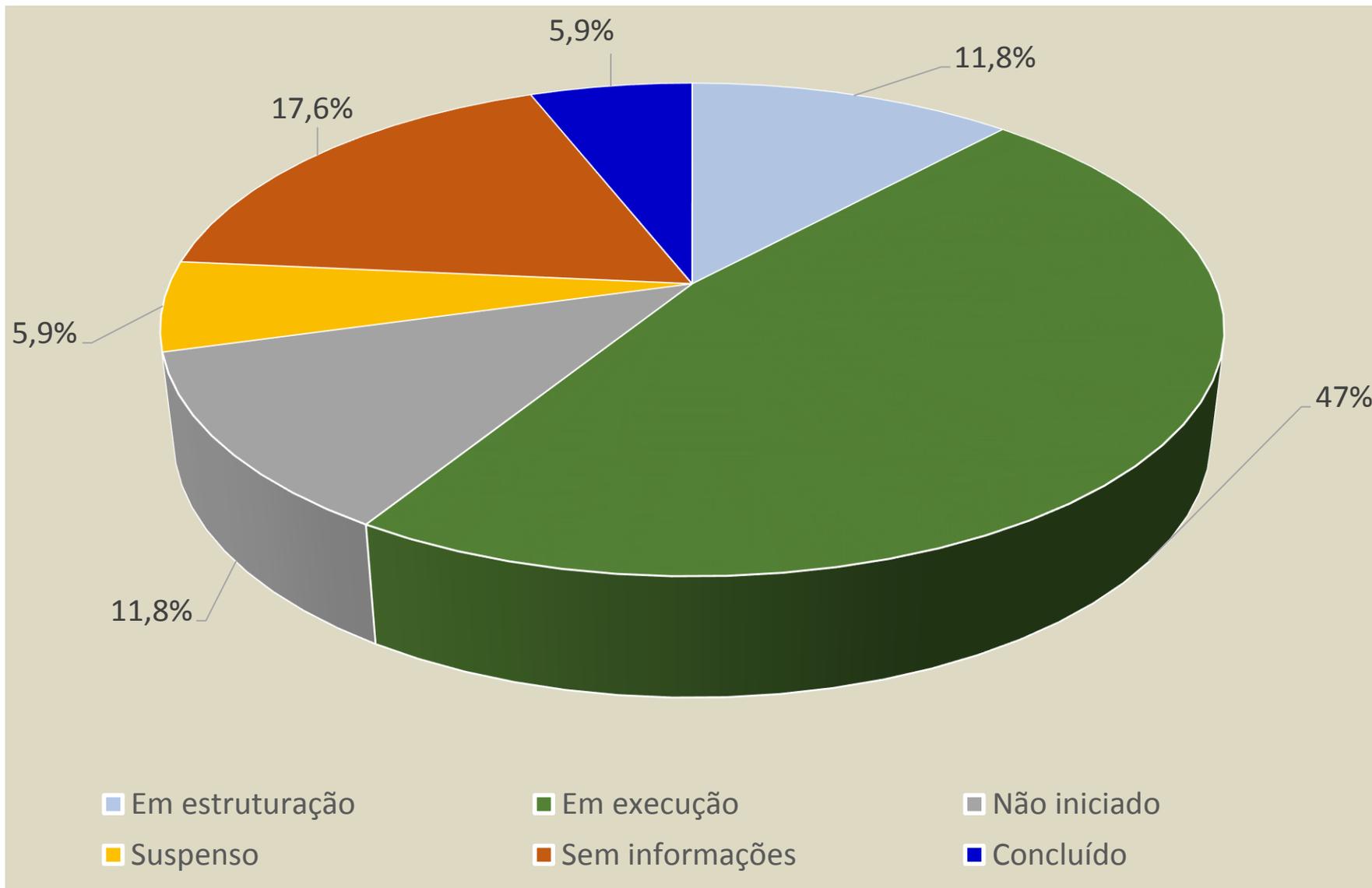
Proposta para 2018: Manter a meta, atualizando o ano.



Projetos estratégicos



Status dos Projetos Estratégicos Nacionais





Status dos Projetos Estratégicos Nacionais

Agosto de 2017

Projeto	Status	Progresso
Carta de Serviços.	Em estruturação	
Depósitos Judiciais.	Em estruturação	
Uniformização do desenvolvimento de sistemas informatizados.	Em execução	40%
Implantação dos sistemas Eletrônicos de Gestão Integrados.	Em execução	97%
Interoperabilidade na JF.	Em execução	73%
Implantação do PJe.	Em execução	63%
Estudos sobre a atratividade para ingresso e permanência na carreira de servidor da JF.	Em execução	56%
Nivelamento da infraestrutura de TI.	Em execução	48%
Contratações conjuntas de TI.	Em execução	38%
Projeto de pesquisa sobre Demandas Repetitivas na Justiça Federal.	Em execução	19%
Programa de Sustentabilidade.	Não iniciado	
Novas demandas da JF: adequação da estrutura de cargos da área judiciária.	Não iniciado	
Fortalecimento do clima organizacional, com ênfase na promoção da saúde no trabalho.	Suspenso	
Estudos Visando Alterações na LEF.	Sem informações	
Requisitos mínimos de funcionamento dos controles internos.	Sem informações	
Desenvolvimento do Sistema Nacional de Cálculos Judiciais em Nova Tecnologia	Proposta de mudança de escopo	
Ferramenta de Controle Gerencial dos Processos Sobrestados.	Concluído	100%



Projetos em estruturação



Carta de
serviços



Depósitos
Judiciais



Projetos em execução



40% Uniformização do desenvolvimento de sistemas informatizados

73% Interoperabilidade na JF

63% Implantação do PJe

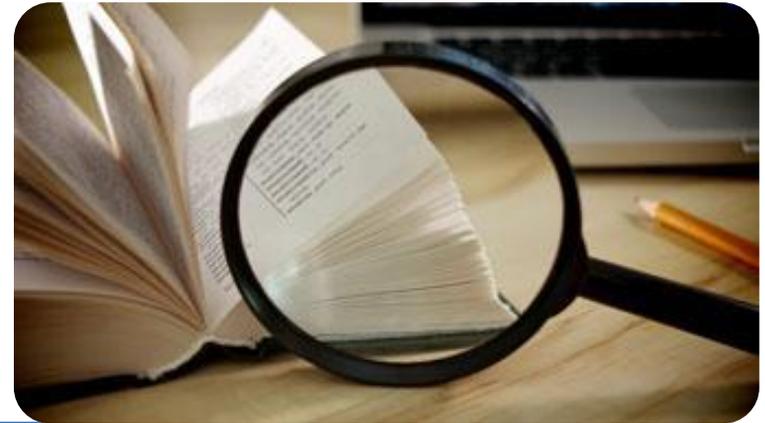
48% Nivelamento da infraestrutura de TI

97% Implantação dos sistemas Eletrônicos de Gestão Integrados

38% Contratações conjuntas de TI



Projetos em execução



56%

Estudos sobre a atratividade para ingresso e permanência na carreira de servidor da JF

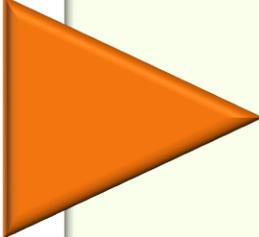
19%

Projeto de pesquisa sobre Demandas Repetitivas na Justiça Federal



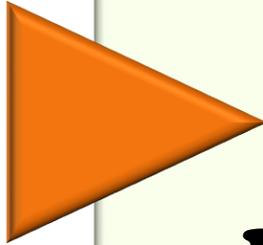
Projetos não iniciados

- ✓ Programa de Sustentabilidade;
- ✓ Novas demandas da JF:
adequação da estrutura de cargos
da área judiciária.



**Revisão do
Planejamento
Estratégico e
Oficina de projetos
estratégicos**





**Sistema de
Mapeamento da
Justiça Federal**

SISMAPA





Representação da JF no Comitê Gestor Nacional da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário.

(Art. 2º da Portaria CNJ n. 138, de 23 de agosto de 2013)

- Ministro Mauro Luiz Campbell Marques, Corregedor-Geral da Justiça Federal, como representante do Conselho da Justiça Federal;

- Desembargador Federal Manoel de Oliveira Erhardt, Presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, como representante eleito em sistema de rodízio.